



Unificação de ICMS opõe estados e governo federal

Secretários de Fazenda de estados menos desenvolvidos criticaram no Senado proposta do governo de acabar com alíquotas diferenciadas e pôr fim à guerra fiscal

A ideia do governo de acabar com a guerra fiscal entre estados por meio da unificação de alíquota interestadual de ICMS em 4%, ao longo de quatro ou oito anos, foi debatida na Comissão de

Assuntos Econômicos ontem. Além de reclamarem do prazo, que julgam pequeno, representantes de estados menos desenvolvidos defenderam alíquotas diferenciadas para garantir a competitividade. **6**



Delcídio do Amaral (C) coordena encontro de secretários de Fazenda: proposta apresentada pelo governo para impedir guerra fiscal gera divergências

Pedro Franco/Agência Senado

Congresso vota hoje urgência a veto aos royalties **3**

Tombini diz que competição vai crescer com o fim da crise mundial **7**

Vai para a Câmara texto que estimula zonas especiais de exportação **9**

Para aeronautas, concentração de mercado gera insegurança **10**

Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente da Câmara, Marco Maia, e o do Senado, José Sarney, entre religiosos no Salão Negro do Congresso

Missa celebra sessão legislativa de 2012

O arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, celebrou ontem o ano legislativo de 2012, que se encerra em 22 de dezembro.

Após a cerimônia, José Sarney disse que um dos instrumentos que Deus deu aos congressistas foi a palavra. **2**

Telefonia móvel é tema de debate aberto à participação do público **11**

Comissão aprova uso de zinco para tratamento de crianças com diarreia **12**

Por luta pelos direitos humanos, dom Paulo Evaristo Arns recebe comenda do Senado **3**

José Cruz/Agência Senado



Vital do Rêgo (C), presidente da CPI mista, e Odair Cunha (E), relator

CPI do Cachoeira volta a adiar votação do relatório final

A apresentação de cinco votos em separado levou a votação do relatório final da CPI do Cachoeira a sofrer mais um adiamento.

Também pesaram erros formais encontrados no texto. A votação ficou marcada para a próxima terça-feira. **5**

Avança MP que reduz tarifa de energia

Comissão mista criada para avaliar a medida provisória que antecipa renovação de concessões no setor elétrico

aprovou o texto ontem, com 43 emendas. Proposta segue agora para votação na Câmara e depois vem para o Senado. **8**



Senadores Eduardo Braga, José Pimentel e Renan Calheiros debatem a medida provisória com o deputado Jilmar Tatto

Comissão rejeita pedido para ouvir ministro **4**

Márcia Kálume/Agência Senado

Nova ferramenta tecnológica permite que, pela internet, cidadão possa comentar projetos de lei e participar em tempo real das audiências públicas feitas pelo Senado

Começam novos serviços do Portal e-Cidadania

ENTRARAM NO AR ontem novos serviços do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), instrumento de interatividade criado para aproximar a população do Legislativo. O portal permitirá ao cidadão comentar projetos de lei e participar, a distância, de audiências públicas realizadas pela Casa. No ar há sete meses, o e-Cidadania já oferecia a possibilidade de apresentar sugestões de projetos de lei e de temas para as audiências.

O presidente do Senado, José Sarney, informou que os novos recursos poderão ser usados na audiência conjunta que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fazem hoje para debater o Estatuto da Juventude.

Nesta segunda etapa, novos ícones serão incluídos na página. Em "Opine", o internauta poderá criticar, elogiar ou dar sugestões a propostas em análise. Em "Participe", será possível participar de audiências em tempo real,

pela internet, telefone ou redes sociais do Senado (Facebook e Twitter). Basta que a comissão ou o senador responsável pela reunião queiram transmiti-la de forma interativa.

Desde que foi lançado, o e-Cidadania recebeu mais de 200 propostas de lei e quase 140 sugestões de debates. Apresentar uma ideia é simples: basta preencher formulário no portal, sem necessidade de identificação. A proposta passa por uma análise técnica que avalia se o conteúdo é constitucional e se há duplicidade com projeto ou legislação em vigor.

Cada proposta deve receber pelo menos 20 mil votos de internautas em quatro meses para ser enviada à Presidência do Senado e à CDH, quando começa a tramitar.

Para o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o Portal e-Cidadania é um instrumento fundamental de aproximação da população. Um dos senadores que mais recebem mensagens pelo Alô Senado, canal 0800 do Senado, Paim

acredita que, com esses serviços, o Senado mostra que está "à frente do seu tempo".

— Para mim, é a chamada democracia direta, que tanto defendi que fosse colocada em prática — comemorou Paim.

Interatividade

www.senado.leg.br/ecidadania



Secretaria de Pesquisa e Opinião atende a população com carinho, afirma Paim

Paim visitou a Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) do Senado e se disse impressionado com o dinamismo dos serviços Alô Senado, DataSenado e Senado na Mídia.

— Esses serviços, oferecidos para todo o país, são fundamentais para a transparência da Casa e para o bom mandato dos parlamentares.

O senador elogiou a forma carinhosa com que os funcionários da Sepop atendem a população. O Alô Senado, por exemplo, ouve críticas, sugestões e perguntas dos cidadãos em relação ao trabalho do Legislativo.



Paim (2º à esq.) visita equipe do Alô Senado e a Sepop, com a diretora Elga Lopes (D)

Celebrada missa de encerramento do ano legislativo

O arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, celebrou na manhã de ontem, no Salão Negro do Congresso, missa em ação de graças alusiva ao encerramento das atividades parlamentares em 2012. Ao final da cerimônia, o presidente do Senado, José Sarney, falou sobre a força da palavra na política.

— Um dos instrumentos

que Deus deu a todos nós, congressistas, foi a palavra. A palavra é, sem dúvida alguma, 60% da ação política.

Sarney mencionou o princípio cristão do perdão aos inimigos, dizendo que é o mais difícil mandamento a ser cumprido. O senador observou, no entanto, que os que vivem na permanente batalha política devem ter a grandeza de

perdoar os inimigos e saber amar ao próximo como a eles mesmos.

Na cerimônia, Sarney fez leitura do Livro de Isaías, seguido pelo presidente da Câmara, Marco Maia, responsável pela leitura da Carta aos Hebreus.

Vários parlamentares, diretores e funcionários das duas Casas participaram da celebração.



José Sarney, os deputados Marco Maia e Inocêncio Oliveira e o senador Cícero Lucena participam da cerimônia religiosa

Espaço virtual reúne dados públicos para transparência

Além da interatividade, o e-Cidadania reúne em uma mesma página da internet informações sobre a atividade legislativa e mecanismos de fiscalização do poder público. Os Portais da Ouvidoria, da Transparência e da Copa, que já eram oferecidos pelo Senado, são encontrados agora em um mesmo espaço virtual.

Informações sobre cotas para atividade parlamentar, relação de servidores e

cargos, além de dados sobre compras feitas pelo Senado, podem ser encontrados no Portal da Transparência.

Há no portal outros serviços que ajudam a tornar mais transparente a administração pública. O Portal LexML e as ferramentas SigaBrasil e GeoSiga dão acesso a dados da União, estados e municípios, como orçamento, transferências de recursos e jurisprudência, entre outros.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Direitos autorais

14h A pauta da sessão inclui projeto que cria novo sistema de gestão de direitos autorais.

PRESIDÊNCIA Ministros do STF

11h30 Sarney recebe os ministros do STF Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia e os ex-ministros Ayres Britto e Cezar Peluso. Às 12h, cerimônia de entrega da Ordem do Congresso Nacional. Às 16h, posse de Augusto Nardes e Aroldo Cedraz como presidente e vice do TCU.

CCT Telefonia celular

9h Audiência pública debate a situação e a qualidade da telefonia celular e as medidas adotadas pela Anatel, com a presença do presidente da agência, João Batista de Rezende.

CAS Aposentados

9h Proposta determinando que associações e entidades de aposentados que descontarem mensalidades nos benefícios sem autorização poderão ser multadas está na pauta.

CCJ Agências reguladoras

10h Comissão vota proposta que obriga dirigentes de agência reguladora a prestar contas ao Senado. Outro projeto dispõe sobre faixa exclusiva para moto em vias de grande circulação.

RIO SÃO FRANCISCO Audiência pública

10h Audiência da comissão especial com a presença do coordenador-geral de Auditoria da Área de Integração Nacional da Controladoria-Geral da União, Luiz Cláudio de Freitas.

CAS/CE Ato Médico

10h30 Reunião conjunta das comissões para instruir o exame do projeto que trata do exercício da medicina. Após a audiência, a Comissão de Educação vota o texto.

CI Agência Nacional de Aviação Civil

14h O diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Marcelo Pacheco dos Guarany, fala na Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre as fraudes praticadas no âmbito da agência, conforme revelado pela Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

CMCC Votação do relatório final

14h Lançamento do *Estudo Globe sobre Legislação Florestal*. Em seguida, discussão da legislação de pagamento por serviços ambientais e da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+). Depois, a comissão vota o relatório final.

CDR Habitações populares

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para votar, em decisão terminativa, projeto que concede aos municípios mais carentes incentivos para a construção de habitações populares.

CRA Preservação ambiental

14h30 Em análise na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, projeto que autoriza a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.

CMO Deliberações

14h30/18h/20h A Comissão Mista de Orçamento se reúne, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, para deliberação de matérias.

MERCOSUL Estatuto de Fronteira

14h30 Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para exame do parecer pela rejeição apresentado a projeto que institui o Estatuto de Fronteira.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso adiou para hoje votação de urgência para veto dos royalties

Líderes partidários pediram a Sarney a transferência da sessão conjunta que aconteceria ontem, devido ao grande volume de atividades

A SESSÃO CONJUNTA do Congresso que seria feita ontem foi transferida para hoje a pedido dos líderes partidários, que apontaram como motivo o grande volume de atividades agendadas para ontem.

Além de 48 projetos que liberam créditos suplementares

para diversos órgãos federais do Executivo, Legislativo e Judiciário, a expectativa era de que fosse também incluído na pauta requerimento de urgência para apreciar vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto que redistribui os royalties do petróleo.

— Tenho a impressão de que realmente tínhamos muitas tarefas na hora marcada para a sessão — disse o presidente do Senado, José Sarney.

O adiamento não inviabiliza a apresentação do pedido de urgência para o veto sobre royalties. Para que o

requerimento dos estados não produtores tenha condições de ser votado, é necessário o apoio formal de no mínimo 41 senadores e 257 deputados. Se aprovada a urgência, o veto passará à frente dos mais de 3 mil vetos que aguardam exame do Congresso.

Para Wellington Dias, Rio e Espírito Santo não devem ser privilegiados na partilha

Wellington Dias (PT-PI) destacou as tratativas entre governadores e parlamentares por um entendimento sobre a partilha dos royalties.

— Percebo boa vontade, para esse entendimento, no governador do Espírito Santo e na sua bancada, no governador de São Paulo e na sua bancada, mas a bancada do Rio insiste numa tese insustentável — disse o senador.

Segundo ele, a bancada do Rio de Janeiro divulgou que, se o veto ao projeto for derrubado, o Brasil será o único país a não premiar os estados produtores. A questão, rebateu o senador, é que os estados do



Wellington Dias: bancada do Rio insiste em "tese insustentável"

Rio e do Espírito Santo não são produtores, uma vez que o petróleo está a 370 quilômetros da costa, em mar continental, de propriedade da União.

Lopes defende decisão da presidente e critica o que considera violação da Constituição

Eduardo Lopes (PRB-RJ) reforçou ontem a posição do Rio sobre os contratos já licitados de royalties. Ele disse que quem pretende derrubar o veto enfrenta o tema de maneira provinciana, em violação da Constituição, por defender a quebra de contratos.

O senador citou artigo do professor italiano Giorgio Brosio, estudioso de royalties, que disse que, sem o veto, o Brasil estaria numa situação única no mundo: municípios e estados não produtores de petróleo ganhariam mais do que os que produzem.

— Ou seja, isso é igual a jabuticaba: só tem no Brasil



Cada parlamentar deveria divulgar o voto, na opinião de Lopes

— disse o senador.

Ele criticou o fato de serem secretos os votos para derrubar o veto e pediu que cada congressista assumira sua escolha.

Instalação de comissões mistas para análise de MPs fica para fevereiro

José Pimentel (PT-CE) comunicou ontem o adiamento, para fevereiro, da instalação de comissões mistas do Congresso para exame das Medidas Provisórias 589/12 a 596/12. Nesse conjunto, está a MP 591/12, que altera a MP 579/12, relativa à renovação das concessões do setor elétrico e à redução da tarifa de energia. As últimas semanas de dezembro serão reservadas para as votações das MPs pendentes até a de número 588/12, que trata de crédito de R\$ 1,68 bilhão para o Fies.

Aprovados pedidos de informação a ministros e homenagem a servidor

A Mesa do Senado aprovou ontem requerimentos de tramitação conjunta de projetos e pedidos de informação aos ministros de Minas e Energia, Edison Lobão (sobre desabastecimento de combustível no Amapá), e da Integração, Fernando Bezerra (sobre projetos de energia na Região Norte). Também foi aprovada criação de medalha para homenagear servidores do Senado que se destacarem em critérios como eficiência e produtividade.



O senador Inácio Arruda (C) preside a sessão de entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

Dom Paulo recebe comenda do Senado

Dois arcebispos, um juiz aposentado, um sindicalista e um procurador da República foram os homenageados deste ano com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, do Senado. Eles receberam a distinção ontem, em sessão especial presidida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Estiveram presentes quatro dos cinco agraciados: dom José Maria Pires, arcebispo emérito da Paraíba; Felício Pontes Júnior, procurador da República no Pará; Manoel da Conceição Santos, líder sindical; e João Baptista Herkenhoff, professor e juiz aposentado.

Também reverenciado com a comenda, o arcebispo emérito de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, foi

representado pelo padre José Augusto Brasil.

Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu a trajetória de dom Paulo, lembrando que ele liderou o Projeto Brasil: Nunca Mais, pesquisou e tornou públicas informações sobre a repressão durante a ditadura militar e vendeu o palácio episcopal de São Paulo para destinar o dinheiro à construção de centros comunitários.

Para Simon, a homenagem é o coroamento de uma série de iniciativas do poder público a favor dos direitos humanos realizadas este ano, como a criação de comissões da verdade — na Presidência da República, na Câmara e nos estados — para elucidar o que aconteceu durante a ditadura.

Dom José Maria Pires falou em nome de todos os agraciados. Ele prestou homenagem a dom Helder Câmara, com quem conviveu por muitos anos. Segundo ele, dom Helder, que morreu em 1999, ensinou-o a buscar sempre o diálogo, a amar o inimigo e a viver a pobreza evangélica.

— Ele não tinha carro. Andava de ônibus. Não tinha secretário particular. A cruz peitoral de ouro foi substituída por uma cruz de madeira. Nunca pregou contra os ricos, mas ensinava que o caminho de salvação dos ricos passava pelos pobres, não no sentido de que o rico devia se desfazer de seus bens, mas no sentido da solidariedade — assinalou dom José.

Quem são os homenageados



Dom Paulo Evaristo Arns nasceu em Forquilha (SC) e tem 91 anos. Coordenou o Projeto Brasil: Nunca Mais, que reuniu informações sobre a repressão promovida pela ditadura militar. Em 1972, criou a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, fórum de denúncia contra as violências praticadas pelo regime da época. Nomeado cardeal em 1973, mudou-se para uma casa simples e destinou o dinheiro obtido na venda do palácio episcopal à construção de 1.200 centros comunitários na periferia de São Paulo. Em 1985, criou a Pastoral da Criança, com a ajuda da sua irmã, Zilda Arns.

Mineiro de Córregos, **dom José Maria Pires** tem 93 anos. Por três décadas, foi arcebispo da Paraíba, onde se destacou na defesa dos mais pobres. Por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fornecia advogados, assistentes sociais e outros profissionais às pessoas carentes.



João Baptista Herkenhoff, de 75 anos, é livre docente da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Advogado, promotor de justiça, juiz do Trabalho e juiz de Direito, foi um dos fundadores e ainda é membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Atualmente, também é membro da Associação Padre Miguel Maire em Defesa da Vida de Vitória e do Conselho de Curadores do Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos, de Curitiba. É militante dos direitos humanos desde o período da ditadura e já escreveu vários livros sobre o tema.

Felício Pontes Júnior tem 46 anos, nasceu em Belém e é procurador da República do estado do Pará. Iniciou a carreira como advogado do Centro de Defesa de Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Atualmente atua em casos de improbidade administrativa, na proteção do meio ambiente e dos direitos dos indígenas, das crianças e das comunidades tradicionais.



Manoel da Conceição Santos nasceu em 1935, em Coroatá (MA). Sua trajetória começa com a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Maranhão, que chegou a ter 100 mil filiados. Contribuiu mais tarde para a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi preso e torturado durante a ditadura militar. Hoje atua na organização de cooperativas, procurando incentivar a economia solidária.

Comissão rejeita pedido para ouvir Pimentel

Ministro do Desenvolvimento teria sido citado em conversas de Vieira, acusado de participar de atos de corrupção, com empresas que têm contratos com a pasta

EM SESSÃO MARCADA pela ausência dos senadores da oposição, que estavam na CPI do Cachoeira, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou o requerimento de convite ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, para que prestasse esclarecimentos sobre irregularidades reveladas pela Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

O requerimento havia sido apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR), que também é autor do pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o esquema de fraude de pareceres técnicos e tráfico de influência no governo.

De acordo com a imprensa, Fernando Pimentel é citado em diálogos entre Paulo Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), e representantes de empresas com negócios no ministério. Vieira é um dos principais suspeitos de participar do esquema.

A respeito da Operação Porto Seguro, as comissões do Senado já ouviram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo.

Hoje, será a vez do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany. Ele será ouvido na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Rolleberg (E) e Jorge Viana durante reunião da Comissão de Fiscalização e Controle

Sarney afirma que vinculação de Lula ao mensalão é uma inverdade

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva das novas denúncias baseadas em suposto depoimento do publicitário Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República em setembro. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Valério disse que Lula autorizou empréstimos dos bancos Rural e BMG para o PT com o objetivo de viabilizar compra de apoio político no Congresso, o mensalão. Conforme o jornal, o dinheiro também foi usado para pagar despesas pessoais de Lula.

— Se esse depoimento existiu, é uma profunda inverdade porque a pessoa que disse não tem autoridade para falar sobre o presidente Lula — disse Sarney.

O senador afirmou que não há motivo para interpretar que a possibilidade de assumir interinamente a Presidência seria indício do fortalecimento do PMDB com o julgamento do mensalão. Ele reiterou que trata-se de determinação constitucional devido a possíveis viagens da presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente, Michel Temer, e do presidente da Câmara, Marco Maia.

Eduardo Braga: Valério faz acusações contra ex-presidente sem ter provas

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o ex-presidente Lula está sendo vítima de “acusações infundadas, sem prova e sem credibilidade” por parte do empresário Marcos Valério, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no caso do mensalão.

Em depoimento ao Ministério Público, Valério disse que recursos do esquema pagaram contas do ex-presidente, conforme informou o jornal *O Estado de S. Paulo*.

De acordo com o senador, não se pode

diminuir o trabalho de inclusão social promovido por Lula a partir de “uma ação coordenada de destruição por alguém que foi alcançado por uma CPI”.

— O Supremo fez o seu julgamento e, agora, [Valério] assaca essas posições e essas acusações sem nenhuma prova.

No mesmo discurso, Braga comemorou a aprovação numa comissão de senadores e deputados da Medida Provisória 579/12, que reduz as tarifas de energia elétrica. Se aprovada nas duas Casas do Congresso, a MP permitirá uma queda de 20% nas contas de luz.

Para Alvaro, denúncia deve ser apurada e publicitário precisa dar explicação ao Senado



Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento para que Marcos Valério dê esclarecimentos ao Senado sobre o depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR)

em que acusa o ex-presidente Lula de ter tido despesas pagas com dinheiro do esquema do mensalão. O PSDB, o DEM e o PPS entrarão hoje com uma representação na PGR para que as denúncias, que não constam do inquérito do mensalão, sejam investigadas.

— Cabe ao Ministério Público instaurar os procedimentos para a investigação judiciária a fim de que, se delitos foram praticados, as responsabilizações civil e criminal alcancem também aqueles que se ausentaram neste primeiro momento do julgamento do Supremo.

Mário Couto diz que a cada semana o Brasil descobre um novo escândalo de corrupção



Mário Couto (PSDB-PA) também defendeu ontem que o publicitário Marcos Valério explique ao Senado as acusações que fez ao ex-presidente Lula.

— Queremos o Valério aqui. Cabia até trazer o Lula, porque está mais do que dito que ele é que autorizava o esquema do mensalão. Agora que o Marcos Valério deu o nome, o chefe do mensalão não é o José Dirceu, é o Lula — disse Couto.

Para o senador, o Brasil se tornou “campeão” em corrupção: a cada semana descobre-se um novo escândalo.

Ele disse que os brasileiros pagam quase R\$ 1 trilhão de impostos anualmente, mas parte desse dinheiro não vai para saúde, educação, rodovias, e sim para o bolso “daqueles que dirigem a nação”.

Segundo Agripino, existem elementos consistentes para o pedido de nova investigação



José Agripino (DEM-RN) registrou que os líderes do seu partido, do PSDB e do PPS vão pedir cópia do depoimento de Marcos Valério à PGR.

Disse ainda que o requerimento de um convite para o publicitário prestar esclarecimentos ao Congresso pode ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso o pedido seja negado, a oposição deve tentar uma audiência reservada com Valério na liderança do PSDB. A oposição deve ainda solicitar a abertura de processo de investigação sobre o envolvimento de Lula com o mensalão, disse o senador.

— Se antes havia apenas ilações quanto ao conhecimento de Lula sobre o esquema, agora há elementos consistentes para um pedido de investigação.

“É uma tentativa insana de envolver Lula em denúncias”, avalia Vanessa Grazziotin



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o ex-presidente Lula das acusações feitas pelo publicitário Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República. O publicitário teria procurado o Ministério Público em busca de redução de pena, por delação premiada.

— Não seria prudente tomar declarações de alguém que acaba de ser condenado pela Justiça — afirmou.

A senadora lembrou que os órgãos que tomaram os depoimentos — o Ministério Público e o Supremo — vieram a público dizer que usaram de cautela para interpretar Valério.

— A forma como reportagens vêm sendo publicadas parece uma tentativa insana de tentar envolver o [ex] presidente nas denúncias.

“Presidencialismo quase imperial”, diz Jarbas sobre governo

“Presidencialismo quase imperial”, “rolo compressor” e “vale-tudo” foram algumas das expressões usadas por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para qualificar o governo de Dilma Rousseff. Em pronunciamento em Plenário ontem, ele afirmou que, depois de dez anos, o PT “dá sinais

evidentes de esgotamento” frente à Presidência da República.

— Quer seja pelo desfecho do julgamento do escândalo do mensalão, quer seja pelo surgimento de novas denúncias de corrupção, ou pela falta de iniciativa em problemas que só fizeram crescer na última década.

O senador destacou a atual seca do Nordeste como uma amostra do que chamou de incompetência do governo. Citou o colapso no abastecimento de água em seis municípios de Pernambuco e o empobrecimento das famílias com safras devastadas e rebanhos dizimados.

Jarbas também ressaltou problemas na área de energia, como apagões e falta de planejamento para a redução das tarifas, perdas de receita da Petrobras, “efeito devastador” da desoneração tributária sobre estados e municípios e falência do modelo econômico baseado só no consumo.

Adiada votação do relatório da CPI do Cachoeira

Comissão tem até 22 de dezembro para encerrar atividades; Odair Cunha informou que, até a próxima reunião, no dia 18, analisará a inclusão ou não de sugestões no texto

FOI MARCADA PARA o dia 18 a votação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Cachoeira. As divergências em relação ao conteúdo e a apresentação de cinco votos em separado levaram ao adiamento da análise do texto do deputado Odair Cunha (PT-MG), que estava marcada para ontem.

Alguns parlamentares ofereceram sugestões ao relatório, que serão examinadas por Cunha. Fernando Collor (PTB-AL), por exemplo, propôs a reinserção no relatório das acusações contra jornalistas e contra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e a inclusão da subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques e de mais três procuradores no rol dos que devem ser representados no Conselho Nacional do Ministério Público: Alexandre Camanho de Assis, Léa Batista de Oliveira e Daniel de Resende Salgado.

Também houve discussão de erros formais contidos no texto de mais de 5 mil páginas. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) apontou que o pedido de indiciamento do jornalista da *Veja* Policarpo Júnior ainda não havia sido suprimido do documento, conforme anunciado pelo relator.

Sobre os votos em separado, falaram os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e os deputados Rubens Bueno (PPS-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Luiz Pitiman (PMDB-DF). Em comum, além de críticas ao trabalho do relator, denúncias contra o empresário Fernando Cavendish e a empresa dele, a empreiteira Delta, por corrupção e lavagem de dinheiro e por outros crimes.



Pedro Taques, Vital do Rêgo, Carlos Sampaio e Odair Cunha na reunião de ontem: divergências entre relator e membros da comissão levaram ao adiamento

Odair Cunha admite não haver consenso e lembra que prazo vai até dia 22

O relator da CPI do Cachoeira, Odair Cunha, admitiu que ainda não há acordo para a votação do relatório final. Ele não garantiu que a análise do texto ocorrerá na próxima reunião, marcada para terça-feira, dia 18.

— Temos prazo até 22 de dezembro para votar. Na terça, vou apresentar meu parecer sobre as sugestões a mim encaminhadas. Havendo decisão política, o tempo é o menos importante; nós aprovaremos o relatório na hora que houver força política para aprová-lo. A questão é que, neste momento, essas forças ainda não estão constituídas — disse.

Segundo Odair Cunha, desde que “o núcleo” do relatório seja mantido, ajustes podem ser feitos, mas não haverá inclusões ou exclusões relativas ao que ele chamou de “eixo essencial” de texto.

Texto recebeu cinco votos em separado

A insatisfação com o trabalho da relatoria da CPI do Cachoeira gerou cinco votos em separado, apresentados pelo PSDB, pelo senador Raulo Rodrigues e pelos deputados Rubens Bueno, Onyx Lorenzoni e Luiz Pitiman.

Os documentos convergem para o aumento de prazo para o funcionamento da comissão e para uma investigação mais completa sobre o envolvimento da Delta Construções em um esquema de desvio de dinheiro público, fraude a licitações e financiamento de campanhas políticas. De acordo com a Polícia Federal, a Delta, que detém contratos em âmbito federal e também em vários estados e municípios, teria repassado recursos para empresas de fachada ligadas a Cachoeira.

O voto em separado do PSDB foi defendido na reunião de ontem por Alvaro Dias. O senador apontou a existência de 18 empresas-fantasma, que recolheram mais de

R\$ 400 milhões da Delta.

— O relatório de Odair Cunha é apenas a compilação do trabalho apresentado pela Polícia Federal no Centro-Oeste. Quando chegamos além, a CPI parou, foi impedida de continuar. Estamos desperdiçando uma oportunidade preciosa de dar uma resposta à sociedade. Esse é um dos maiores esquemas de desvio de dinheiro público da nossa história e transferimos a responsabilidade para o Ministério Público — disse Alvaro, pedindo que o Ministério Público investigue as relações do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu com a Delta.

Já Raulo lamentou o fato de os trabalhos da CPI terem sido suspensos duas vezes durante o período eleitoral e a manutenção do sigilo de empresas que receberam dinheiro da Delta. Raulo pediu a responsabilização criminal dos governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB); do Distrito Federal,

Agnelo Queiroz (PT); e do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos (PSDB).

Erros

Depois que o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), adiou a deliberação, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) disse que o relator apresentou um documento com mais de 5 mil páginas de “forma improvisada”. Quanto à observação de que o pedido de indiciamento de cinco jornalistas e a menção ao procurador-geral da República ainda não haviam sido suprimidos do documento, conforme prometido pelo relator, Odair Cunha garantiu que o erro será corrigido.

— Foram erros formais que nada mudam o que já foi decidido por esta relatoria. Muito do que foi apresentado nos votos em separado e sugerido pelos parlamentares já está no meu relatório, que englobou tudo o que foi investigado pela CPI — afirmou Cunha.

Comissão aprova parceria entre sites de fiscalização da Copa

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou dois acordos de cooperação técnica entre

o Senado, a Câmara e a Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo dos acordos é garantir que os portais criados pelas entidades para

fiscalizar os gastos com a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 possam trocar informações e sejam alimentados de forma unificada.

Para garantir a transparência e o controle dos recursos federais nesses eventos, a CMA e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara criaram o Portal Copa Transparente (www.copatransparente.gov.br).

A Controladoria-Geral da União, por sua vez, criou o Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/copa2014).

Os acordos aprovados preveem o intercâmbio das informações coletadas pelas instituições sobre as obras, as compras e os serviços realizados ou financiados com recursos federais alocados na

Copa e nas Olimpíadas, além da possibilidade de utilização de interfaces compartilhadas para a alimentação mútua dos sites.

Ficou estabelecido, ainda, que o acesso à entrada de dados unificada se dará por meio do Portal Copa Transparente, que será redirecionado à página da Controladoria-Geral da União.

Os acordos já foram aprovados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Agora, para passarem a valer, precisam ser autorizados pelos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.



Estádio Mané Garrincha (DF), um dos palcos da Copa: integração de portais visa facilitar acompanhamento das obras

Representantes do governo, secretários estaduais de Fazenda e senadores debateram ontem, na CAE, consequências da unificação da alíquota interestadual de ICMS



Senador Delcídio do Amaral (3º à esq.) conduz audiência de que participaram o presidente do Confaz, Nelson Barbosa (2º à esq.), e secretários do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul

Fim da guerra fiscal divide União e estados menos desenvolvidos

O GOVERNO FEDERAL detalhou ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta de reformulação do sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados. Entretanto, secretários de Fazenda de estados menos desenvolvidos das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram contraproposta para que as mudanças sejam menos acentuadas e o prazo de transição, mais longo.

Atualmente, há duas alíquotas interestaduais de ICMS: uma de 7%, que serve aos estados mais ricos, e outra de 12%, usada pelos demais. Pela proposta do governo, a alíquota seria unificada e reduzida de forma gradual para 4% em quatro ou oito

anos. Também seria criado um fundo para compensar os estados por eventuais perdas de arrecadação e outro para o desenvolvimento regional de estados mais pobres — de modo geral, os estados que reduzem alíquotas de ICMS para atrair investimentos. Os recursos viriam do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Orçamento Geral da União.

O governo também propõe que sejam mantidos os tratamentos especiais à Zona Franca de Manaus e ao gás boliviano importado pelo estado de Mato Grosso do Sul e que abastece todo o país.

Coube ao presidente do Conselho Nacional de

Política Fazendária (Confaz) e secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, apresentar a proposta da União para acabar com a guerra fiscal entre estados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Segundo ele, somados os futuros repasses do Fundo de Compensação de Perdas e do Fundo de Desenvolvimento Regional, os estados receberiam transferências de R\$ 132 bilhões em 16 anos.

Barbosa pediu aos congressistas que as negociações sobre o ICMS e as novas partilhas dos royalties do petróleo e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) sejam analisados conjuntamente, em busca de um grande acordo que

beneficie o país como um todo.

O presidente do Confaz afirmou que os efeitos práticos da guerra fiscal vêm se esgotando há alguns anos, principalmente em virtude de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contrárias à manutenção de determinados incentivos fiscais. Para ele, o governo busca uma política de desenvolvimento regional mais coordenada.

Para o presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), a proposta apresentada pelo governo é um avanço. Ele disse que o governo vem negociando a questão com os 27 estados há mais de dois anos.

Participaram da audiência secretários estaduais da Fazenda de 16 estados. Sete deles puderam expor os argumentos aos senadores e ao presidente do Confaz.

Governo federal propõe que se faça a transição para alíquota única de ICMS em 4 ou 8 anos

Proposta alternativa aumenta prazo de transição para 10 anos

Alternativa dos estados menos desenvolvidos à proposta do governo foi apresentada pelo secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Jádler Julianelli Afonso. A ideia é reduzir as alíquotas de ICMS em um prazo de dez anos, maior que o sugerido pelo governo, e manter dois índices diferentes, de 7% e 4%. Segundo ele, a assimetria das alíquotas garantirá a competitividade dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Afonso disse que “sete estados vão perder muito” se prevalecer a proposta do governo. Entre eles, Mato Grosso do Sul, que poderia perder 31% da receita (R\$ 1,6 bilhão), Goiás, com perda de 26% (R\$ 2,6 bilhões), e Mato Grosso, com diminuição de 12% (R\$ 800 milhões). Ele afirmou que o Fundo de Compensação das Perdas não conseguirá ressarcir esses valores.

— Estados poderão perder empresas e indústrias, que fecharão suas portas e irão para o Sudeste. Como mantemos essas empresas e atrairemos novas? O secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, acentuou que o Brasil tem a mais alta e complexa carga tributária do planeta, além de legislações trabalhista e previdenciária muito complexas. Mesmo sendo a sexta economia do mundo, afirmou o secretário, o país apresenta “péssima infraestrutura” e não consegue competir em pé de igualdade sequer com os países vizinhos, quanto mais com os países asiáticos.

diminuir os chamados bolsões de pobreza no Norte, Centro-Oeste e Nordeste. — Faltou um programa de desenvolvimento industrial no Brasil nas últimas décadas. Temos de ter muita calma para não cometermos injustiças. A proposta dos estados pobres é mais justa — disse o parlamentar.

O tema foi debatido, ainda, pelo secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Renato Augusto Zagallo dos Santos, e pelo secretário-adjunto de Receitas do Pará, Nilo Emanuel de Noronha. Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Amélia (PP-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), José Pimentel (PT-CE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Agripino (DEM-RN), entre outros, também participaram.

Secretários estaduais reagem a alíquota única do ICMS

O coordenador dos secretários no Confaz e secretário da Fazenda do Maranhão, Cláudio José Trinchão, advertiu, na audiência da CAE, que muitas empresas e indústrias já estão ameaçando deixar cidades nordestinas caso a alíquota do ICMS seja unificada.

Trinchão afirmou que o Fundo de Desenvolvimento Regional “é uma iniciativa excepcional”, mas colocou em dúvida a capacidade que a medida teria de ajudar os estados pobres a manterem as empresas e indústrias e atrair outras.

No mesmo sentido, o secretário da Fazenda do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, disse que a “guerra fiscal é uma tentativa de três regiões mais pobres de desconcentrar o processo industrial brasileiro”.

Benevides posicionou-se contra a proposta do governo e apoiou a sugestão apresentada pelo representante de Mato Grosso do Sul (*leia matéria ao lado*). Também afirmou que o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional serão insuficientes para evitar as perdas dos estados mais pobres.

Já o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, apoiou a proposta da União de uma alíquota única, mas chamou a atenção para a necessidade de o Fundo de Desenvolvimento Regional disponibilizar recursos suficientes para que os estados menos desenvolvidos não sejam prejudicados.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou ser indispensável um período de

transição para as mudanças e reclamou que a arrecadação tributária do governo tenha aumentado a ponto de alcançar um “nível de absoluta irracionalidade”. Ele avaliou que insumos como energia, telecomunicações e combustíveis precisam ser desonerados para que o país recupere competitividade.

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o prazo de oito anos de transição é muito curto. Ele afirmou que os estados menos desenvolvidos precisam de mais tempo para se adequar.

— Não sei se algum fundo conseguirá compensar as perdas — disse.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) destacou que os incentivos fiscais “prestaram um grande serviço à nação brasileira”, pois ajudaram a

Jucá quer Orçamento votado em Plenário na próxima quarta

Votar na terça-feira a proposta orçamentária de 2013 (PLN 24/12) na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no dia seguinte no Plenário do Congresso. Essa é a intenção do presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e do relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Eles reiteraram o objetivo em reunião de líderes partidários realizada ontem na CMO.

O prazo constitucional para a votação da proposta orçamentária se encerra no dia 22 de dezembro — que este ano cai num sábado.

Na reunião, da qual participaram os relatores das dez áreas temáticas da proposta orçamentária e os coordenadores das bancadas estaduais, entre outros, discutiu-se uma forma para aprovar rapidamente os relatórios setoriais. Chegou a



Romero Jucá, relator do texto

haver um impasse, porque algumas bancadas estaduais foram mais beneficiadas do que outras nos relatórios. Por isso, Jucá disse que fará um esforço de realocação de recursos entre as bancadas estaduais para equalizar a situação.

— Vou trabalhar neste final de semana, para que seja possível votar a proposta orçamentária na CMO na terça e no Plenário na quarta — declarou.

De acordo com Jucá, o Congresso está “trabalhando com um Orçamento pior do que o do ano passado”.

CAE aprova autorizações para empréstimos no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou empréstimos internacionais, com aval da União, superiores a US\$ 150 milhões. As mensagens vão para o Plenário.

O Rio Grande do Sul é beneficiado com duas operações. Uma mensagem (MSF 107/12) prevê crédito de US\$ 88,7 milhões, do BID, para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE). A segunda (MSF 104/12) trata de US\$ 59,1 milhões,

também para a CEEE, da Agência Francesa de Desenvolvimento.

A MSF 105/12 prevê US\$ 10 milhões, do BID, para o Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social.

Já a MSF 106/12 trata de contrato entre o Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, no valor de US\$ 12,7 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido.

Gurgacz pede pressa na votação da partilha do FPE

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a aprovação do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) com a nova distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Ele disse que é fundamental votar o projeto (PLS 289/11) esta semana, para que a tramitação seja concluída pela Câmara antes do recesso parlamentar.

— É o único caminho para que estados e municípios tenham a garantia constitucional, em janeiro de 2013, dos repasses da União dentro



Gurgacz: verbas para estados

de critérios mais equilibrados, que atendam as necessidades de todos os entes da Federação. Só assim vamos evitar um colapso nas finanças, como governadores e prefeitos já estão prevenindo.

Brasil precisa ser mais competitivo, diz Tombini

A economia brasileira precisa estar pronta para uma maior competição internacional quando acabar a crise financeira que atinge o mundo há quase cinco anos, disse ontem o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele observou que muitos países desenvolvidos vêm promovendo reformas nas economias e se tornarão mais competitivos.

— A Zona do Euro sairá mais forte, com redução de custo de capital e de custos trabalhistas. Precisamos nos preparar para isso — advertiu Tombini, ao responder a perguntas de Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN).

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), concordou que diversos países vão sair da crise mais fortes.

— Alguns países da Europa já começam a responder. Os Estados Unidos estão fazendo uma revolução na área de energia, reduzindo suas importações de petróleo por meio da ênfase em energias renováveis e gás de xisto. A oportunidade do Brasil é ímpar, e não podemos ficar para trás — advertiu Delcídio.

O Brasil, segundo Tombini, caminha para recuperação gradual da atividade econômica, que deve se intensificar ano que vem, com inflação sob controle. Entre os fatores que ajudarão o país a levar a inflação ao centro da meta de 4,5%, disse, estão reajuste menor para o salário mínimo em 2013 e ganhos moderados dos servidores públicos nos próximos três anos.

Suplicy elogiou resultados da economia, como a taxa de desemprego de 5,4% e a safra

recorde de 180 milhões de toneladas de grãos em 2012. Ressaltou, porém, a necessidade de aumentar investimentos.

Agripino manifestou preocupação com a inflação ainda acima da meta e com a incapacidade do país de promover o investimento necessário para tornar-se mais competitivo no mercado internacional.

Entre as medidas citadas por Tombini como exemplo de que o governo busca mais competitividade, estão a redução da carga tributária “dentro do possível”, a queda nas taxas de juros, a capacitação de trabalhadores e os novos programas de atração de investimentos em infraestrutura.

Wellington Dias (PT-PI) elogiou a redução dos juros, apesar de a queda do *spread* bancário ter contribuído para a

contração do setor financeiro. Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o risco de redução artificial da inflação, por meio do adiamento de reajustes de preços como o da gasolina. Tombini recordou que a decisão sobre o preço da gasolina não depende da atuação do Banco Central.

Sobre a fiscalização do setor financeiro, Tombini afirmou que o Banco Central “não faz papel de avestruz”. Em resposta a Cyro Miranda (PSDB-GO), disse que a instituição trabalha para identificar com mais facilidade comportamentos fraudulentos que

levaram a intervenções ou liquidações de empresas como BVA, Cruzeiro do Sul e Prosper.

— A estabilidade se conquista na dia a dia. Reforçamos a capacidade de atuar preventivamente. Nossa capacidade

de detecção de inconsistências tem sido fortalecida — afirmou.

O presidente do Banco Central lembrou que a crise internacional de 2008 provocou contração no crédito externo, com reflexos no mercado brasileiro. Esse cenário afetou bancos pequenos e médios, dificultando a captação de recursos. O Banco Central passou a fazer um monitoramento mais rigoroso da cessão de crédito. Tombini observou que as intervenções foram “fatos específicos e isolados”. — Confirmando que o segmento de bancos pequenos e médios está saudável, bem capitalizado e rentável — declarou.

Cyro defendeu o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização do Banco Central e enfatizou o importante papel de bancos menores.

— A atuação de bancos médios e pequenos contribui para livre concorrência e busca nichos que não interessam a grandes bancos — disse.



Zona do Euro e Estados Unidos sairão mais fortes da crise, avalia Tombini (D), ao lado do diretor do BC Altamir Lopes

Rolleberg elogia lei que determina informação de impostos na nota fiscal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou ontem a presidente Dilma Rousseff por sancionar lei que garante informação, na nota fiscal, sobre impostos em produtos e serviços adquiridos. Para o senador, a lei, que vigora a partir de junho de 2013, é um grande avanço na transparência do sistema tributário brasileiro.

— Além de garantir algo previsto na Constituição, que é o direito pleno e claro à informação, eu diria que essa lei tem caráter pedagógico.

O senador acredita que, com a novidade, o brasileiro será mais rigoroso na cobrança da boa aplicação dos recursos públicos. Em sua avaliação, o Congresso e a presidente, com a nova lei, estão contribuindo para a consolidação da democracia.

Rolleberg afirmou que, apesar dos avanços, o sistema tributário brasileiro ainda é injusto, já que hoje quem ganha menos gasta um percentual maior do salário com impostos do que quem ganha mais. Ele ressaltou a necessidade de avanços para promover justiça tributária.



A lei contribui para a consolidação da democracia, segundo Rolleberg

Para Casildo, brasileiro vai cobrar melhor a gestão dos recursos públicos

A lei que obriga as empresas a informar nas notas fiscais os valores dos impostos promoverá maior fiscalização por parte dos brasileiros, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). — Conhecer o valor despendido em impostos é ferramenta fundamental para o cidadão cobrar melhor gestão desses recursos — disse o senador.

Casildo parabenizou Renan Calheiros (PMDB-AL), autor do projeto, que foi fruto de mobilização popular e originou a lei. Ele lembrou ter apresentado proposta com o mesmo objetivo no ano passado. Disse que a medida é importante para promoção da transparência da aplicação de recursos públicos, mas expõe a necessidade de redução da carga tributária.

— Não é difícil imaginar que

com carga menor teríamos um consumo e ritmo mais acelerado. Isso geraria mais postos de trabalho. Trata-se do ciclo virtuoso da economia. Tenho defendido uma tráfide que deve guiar as ações quando se trata de impostos: o Brasil precisa reduzir, simplificar e distribuir — afirmou Casildo.



Casildo: nova lei expõe a necessidade de redução da carga tributária

Comissão mista aprova MP que barateia conta de luz

Medida provisória que foi transformada em projeto de lei e segue para a Câmara antecipa renovação das concessões no setor elétrico. Relator elogiou especialistas que ajudaram a aperfeiçoar o texto

RELATÓRIO DE RENAN Calheiros (PMDB-AL) foi aprovado ontem na comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 579/12, que antecipa a renovação das concessões no setor elétrico e abre oportunidade para a redução de tarifas de energia. A proposição foi transformada no PLV 30/12 e segue para a Câmara dos Deputados.

Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a falta de sensibilidade do governo sobre o impacto das medidas nas empresas geradoras, avaliando que as novas regras podem inviabilizar as operações em certas companhias. Para ele, que defendeu a redução de tributos federais sobre a energia, a MP é exemplo do intervencionismo que prejudica a economia.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a tarifa de energia alimenta a inflação e que o Brasil não pode submeter-se

às vontades do mercado. Armando Monteiro (PTB-PE) acrescentou que a MP traz benefícios à competitividade do setor industrial, mas ele e Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentaram a falta de previsão de energia mais barata para indústrias que consomem muita energia elétrica.

Urgência

Renan considerou a MP inteligente e de grande impacto sobre a economia, o que justifica a urgência na aprovação. Ele elogiou o trabalho da comissão mista e dos especialistas convidados, que ajudaram a aperfeiçoar a proposta.

Vários parlamentares pediram mais tempo para examinar o parecer, sob o argumento de que o texto modifica bastante a medida provisória. Mas os dois requerimentos apresentados para adiamento da votação — por 24 horas e 48

horas, respectivamente — foram rejeitados pela comissão. O parecer acatou 43 emendas, e os destaques para votação em separado foram rejeitados.

Uma das emendas dava prazo de 30 dias para algumas concessionárias reverem a posição de não assinar o termo aditivo de prorrogação nas condições definidas pela União. Isso abriria oportunidade para que empresas importantes que não aceitaram os termos de prorrogação pudessem aderir ao plano estabelecido pela MP. No entanto, antes da votação, o relator retirou essa emenda.

A MP também passou a incorporar modificações recomendadas pela MP 591/12, cuja análise foi adiada para fevereiro de 2013, de modo a esclarecer as regras para a reversão de bens existentes em 31 de maio de 2000 que não estejam totalmente amortizados.



O objetivo de medir individualmente o consumo de água é evitar desperdício

Projeto prevê medição de água individualizada em prédios novos

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem a medição individualizada do consumo de água em condomínios para evitar desperdício. O texto segue para votação na Câmara caso não haja recurso para exame no Plenário do Senado.

O texto é um substitutivo ao PLS 444/11, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e dá prazo de cinco anos para os condomínios se adaptarem. O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), observou que, no caso de edificações com muitos pavimentos, seria necessária uma reforma grande e dispendiosa. Por isso, apresentou emenda para assegurar que a obrigação seja imposta apenas às edificações construídas a partir da vigência da lei.

Foram aprovados também mais dois projetos: um que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação e comercialização de animais clonados (PLS 73/07) e outro determinando que preços de produtos em prateleiras de supermercados, mercearias ou outros estabelecimentos terão de ser detalhados ao consumidor (PLC 113/11).

O projeto sobre animais

clonados, apresentado pela senadora licenciada Kátia Abreu (PSD-TO), foi modificado durante a tramitação para abranger somente os clones de animais domésticos. Inicialmente, a intenção era incluir mamíferos (exceto humanos), peixes, anfíbios, répteis e aves. O texto aprovado, que segue para a Câmara, determina que a produção comercial e a liberação de clones de animais silvestres nativos dependerão de autorização de órgão federal ambiental.

Prateleiras

O texto original sobre produtos em prateleiras recomendava a exibição do preço à vista por quilo (peso), litro (volume) ou metro (comprimento). Mas o substitutivo, do também licenciado Vicentinho Alves (PR-TO), delega ao Poder Executivo a definição das unidades padrão de medida que terão o preço exposto. O relator da proposta avalia, no parecer, que a medida aprovada facilitará a comparação de preços de mercadorias de marcas diversas, orientando melhor a decisão de compra do consumidor. Como o projeto foi alterado, retornará à Câmara dos Deputados.



Renan Calheiros, Jilmar Tatto e José Pimentel participam da audiência que aprovou o texto da medida provisória

Mudança gera impacto de R\$ 3,3 bi em 2013

Os impactos orçamentários e financeiros da MP foram estimados, de acordo com Renan, em R\$ 3,3 bilhões para 2013 e em R\$ 3,6 bilhões para 2014. Segundo ele, a conveniência dessa medida provisória se comprova com o número de adesões aos contratos de prorrogação, que inclui todas as concessionárias de distribuição e transmissão, além das concessionárias de geração responsáveis por 60%

da energia associada a contratos com vencimento até 2017.

Em busca da redução tarifária, Renan destacou a decisão do governo de diminuir os encargos sobre energia elétrica — Reserva Global de Reversão (RGR), Conta de Consumo de Combustível (CCC) e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O governo também cria mecanismo para transferir recursos do Tesouro Nacional para a CDE e, assim, garantir as

prestações sociais feitas com suas verbas.

Entre as emendas aproveitadas pelo relator, estão as que foram apresentadas pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Ana Amélia (PP-RS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Como sofreu alterações da relatoria, a proposição será transformada em projeto de lei de conversão e, após ser votada pela Câmara, seguirá para o Senado.

Projeto cria cargos na Aeronáutica

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto que cria o Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp) no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica. Atendido requerimento do relator da matéria, senador Anibal Diniz (PT-AC), o projeto vai em regime de urgência à decisão do Plenário.

De acordo com a proposta (PLC 104/12), os integrantes do QOAp exercerão cargos militares de apoio à

atividade-fim, tanto de natureza técnica quanto administrativa e gerencial, relativos às suas especialidades ou outros cargos e funções que lhes forem atribuídos.

O novo quadro, cujo preenchimento se dará mediante a realização de concurso público específico e conclusão com aproveitamento de estágio de adaptação, será constituído de postos ordenados hierarquicamente de primeiro-tenente a coronel.

Texto modifica quadro do Exército

A Comissão de Relações Exteriores também aprovou projeto alterando a lei que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) para adequá-la à Constituição. O novo texto confere a escolha do número de vagas para esse quadro a ato do comandante do Exército, sem as condicionantes presentes na atual legislação. Aprovado requerimento do relator da matéria, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), o texto vai ao Plenário em regime de urgência.

O projeto também adiciona à lei o posto de coronel, junto com os demais postos de oficiais que fazem parte do Quadro Complementar de Oficiais do Exército. De iniciativa da presidência da República, o projeto (PLC 110/12) já havia sido aprovado sem alterações pela Câmara dos Deputados.

De acordo com o relator, o projeto ainda corrige referências ao antigo “Ministério” do Exército, substituindo-as por “Comando”.

Proposta aprovada eleva de 20% para 40% parcela da produção que empresa instalada numa ZPE pode destinar ao mercado brasileiro

Vai à Câmara projeto que incentiva criação de zona especial de exportação

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto que permite às empresas instaladas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) destinar ao mercado interno até 40% de sua produção. Hoje, as ZPEs só têm permissão para vender dentro do país 20% do que produzem — 80% devem ser obrigatoriamente exportados.

O objetivo da matéria é estimular as ZPEs, que ainda não decolaram. Já foram autorizados 24 polos do gênero em diferentes estados, mas nenhum entrou em operação. Nesses locais, as empresas voltadas às exportações gozam de incentivos tributários e cambiais e de procedimentos aduaneiros simplificados.

O substitutivo foi proposto pelo relator, Jorge Viana (PT-AC), como alternativa ao projeto original, de Lídice da Mata (PSB-BA).

China

Antecedida de intenso debate, a votação foi concluída com 12 votos favoráveis e 4 contrários. Agora o projeto (PLS 764/11) poderá ir para a Câmara dos Deputados.

Os defensores consideram as ZPEs instrumentos importantes de desenvolvimento, que impulsionaram o crescimento



Lídice da Mata, autora do projeto original, e Jorge Viana, autor do substitutivo: estímulo às indústrias exportadoras

da China, de Cingapura, da Coreia do Sul e de Taiwan. No Brasil, outra intenção é combater as desigualdades regionais.

— A matéria atende a preceitos constitucionais que definem como objetivo da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais — argumentou Viana.

O relator disse que desde os anos 60 mais de 3.500 ZPEs foram implantadas em 135 diferentes países.

Ele afirmou que empresas preponderantemente exportadoras passaram a contar com fortes incentivos com o Plano Brasil Maior. Assim, as vantagens em relação às que venham se estabelecer em ZPEs perdem importância comparativa.

Viana disse que também tomou cuidados para evitar qualquer mecanismo que gerasse desvantagens maiores para o parque industrial fora das ZPEs. Ele disse, por exemplo, que toda a produção a ser dirigida para o mercado interno pagará os mesmos tributos cobrados das demais empresas.

Críticas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), um dos que se manifestaram contra a proposta, salientou que nem alimenta nem busca “perpetuar qualquer antagonismo de São Paulo contra o Nordeste e o Norte”. A seu ver, as ZPEs são inadequadas para qualquer região do Brasil.

— A ideia de criar zonas especiais de produção é

ultrapassada. Tinha sentido nos anos 60, quando as tarifas de importação eram muito elevadas e não tínhamos instalada ainda no país uma indústria com o mínimo de integração — argumentou.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), a proposta introduz “estímulos assimétricos” no setor industrial. Como resultado, ele afirmou que indústrias já implantadas nos estados beneficiados com ZPEs poderão enfrentar problemas de competição. Monteiro disse que a proposta não recebeu apoio “inequívoco” de federações de indústrias das próprias Regiões Norte e Nordeste.

— Como nordestino, não tenho nenhum desconforto em afirmar que esse projeto não serve aos interesses regionais — disse.

Ministro prevê transposição do São Francisco pronta em 2015

Em audiência pública no Senado, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, disse que a transposição do Rio São Francisco estará concluída em 2015. Ele admitiu que o projeto “não se encontra no ritmo em que deveria estar”, mas disse que 43% da obra já foi executada. O projeto tem custo total de R\$ 8,2 bilhões.

Entre as principais dificuldades, Bezerra citou falhas no projeto básico da obra, o abandono de algumas empresas, a fragmentação da obra entre 90 construtoras, a inexistência de titularidade de terras, a burocracia ligada

às desapropriações e a necessidade de serviços novos, que culminaram na paralisação de lotes da obra em 2009 e 2010.

— A negociação de cada um desses contratos é uma dificuldade infernal — afirmou.

O ministro, que participou de um debate na comissão especial externa que acompanha as obras de transposição, disse que “as adversidades vivenciadas em 2012 com a construtora Delta”, investigada pela CPI do Cachoeira, também atrapalharam o andamento do projeto.

— Um dos lotes do eixo norte, em plena execução, parou com o episódio da Delta. Tivemos

que rescindir contrato — explicou.

Bezerra informou que o Ministério da Integração Nacional adotou uma série de providências, como a negociação com os consórcios construtores para a retomada das obras, o lançamento de editais de lotes remanescentes, a abertura de investigações para fazer valer o cumprimento dos contratos, melhorias na articulação com governos estaduais e parceria com o Exército para atuação em alguns trechos.

O ministro disse ainda que todos os editais de licitação da transposição foram auditados

e que foram aceitas todas as recomendações feitas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

— Não há recomendação do TCU que não tenhamos implementado. Procuramos responder todas as indagações. As sugestões decorrentes de edital têm que ser acatadas de forma célere, para dar velocidade à obra — ele afirmou.

Debate

Em resposta ao relator da comissão que acompanha a transposição do São Francisco, Humberto Costa (PT-PE), Fernando Bezerra explicou que os aditivos feitos ao longo do processo respeitaram o limite de 25% imposto pela legislação, com a exceção de três contratos para construção de túneis, que tiveram reajuste superior a esse percentual, mas preenchendo os requisitos impostos pelo TCU.

Bezerra disse que todas as empresas contratadas têm a responsabilidade de entregar as obras da forma como foram

Viana: ZPE alavancará crescimento econômico e criação de emprego

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a aprovação, no Senado, do projeto de lei de autoria de Lídice da Mata (PSB-BA) que trata do marco regulatório das zonas de processamento de exportação (ZPEs). Ele foi o relator.

— Agora o Brasil tem instrumentos para mudar a realidade para que as ZPEs deixem de ser ficção — afirmou o parlamentar.

Segundo o senador, as ZPEs podem ajudar no crescimento econômico e na geração de empregos. O projeto aprovado autoriza a criação de 24 ZPEs no país.

Viana disse que, se o Brasil quer ser uma liderança mundial, precisa dar atenção para esse instrumento:

— Eu me sinto com o dever cumprido, porque trabalhei por meu estado e por meu país.

As ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados fora do Brasil, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

As empresas que se instalam nessas áreas têm acesso a tratamentos tributário, cambial e administrativo específicos e o principal requisito é o caráter eminentemente exportador, ou seja, as empresas devem auferir e manter receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% da receita bruta total.



Ao lado dos senadores Humberto Costa e Vital do Rêgo, o ministro Fernando Bezerra fala da transposição do São Francisco

Demissões no setor aéreo e concentração de mercado, sobretudo após a fusão entre Trip e Azul, geram insegurança entre trabalhadores e passageiros e preocupam senadores



Alberto Fajerman, Eudes Carneiro, Danielle Crema, Ana Amélia, Ricardo Ruiz, Graziella Baggio e Antonio Maria Espósito, na Comissão de Assuntos Sociais

Segundo aeronautas, Gol comprou Webjet para eliminar concorrência

OREAL OBJETIVO da empresa aérea Gol, ao comprar a Webjet, era acabar com uma empresa que praticava preços menores, avaliou Graziella Baggio, diretora do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Segundo ela, o recente fechamento da Webjet e a demissão de 850 funcionários da empresa comprovaram que o argumento de expansão usado pela Gol na época da compra, em julho de 2011, “era apenas um pretexto” para eliminar uma concorrente.

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem, sobre o impacto das fusões entre companhias aéreas, Cyro

Miranda (PSDB-GO) concordou com os aeronautas.

— Parece que foi mais um conchavo para alijar alguém do mercado — afirmou o senador.

O representante da Gol, Alberto Fajerman, disse que a dispensa de funcionários foi “dolorida, mas necessária”. Segundo ele, quando a empresa apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a fusão da Gol com a Webjet, a intenção era manter os funcionários e renovar a frota da Webjet, o que posteriormente não se mostrou vantajoso devido a mudanças na economia, como o aumento

do dólar e de combustíveis.

— Se a Webjet possuía tantas dívidas, por que a adquiriram? Se não era viável, por que a compraram? — questionou Graziella. Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência, também considerou o argumento de Fajerman incoerente.

— Se aviões velhos consomem mais e podem até representar riscos, qual o interesse na compra da empresa?

As demissões no setor aéreo, que devem chegar a 6 mil até o final do ano, e a concentração de mercado, verificada também na fusão das empresas Trip e Azul, têm gerado grande

insegurança entre aeronautas e aeroviários, disse Graziella.

— O risco é também para os passageiros, frente à situação psicológica em que vivem tripulação, pilotos e copilotos — acrescentou Ana Amélia.

Para o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Eudes Carneiro, não há justificativa para as demissões, uma vez que o Brasil tem superado os problemas decorrentes da crise na economia mundial.

Ricardo Ruiz, do Cade, disse que a falta de infraestrutura nos aeroportos impede, em curto prazo, que outras empresas aéreas entrem no mercado.

Ana Amélia pede ações para impedir greve do setor aéreo no fim do ano

Ao final do debate na CAS, e em pronunciamento em Plenário, Ana Amélia manifestou preocupação com a possibilidade de greve de aeronautas e aeroportuários. De acordo com sindicatos das categorias, a paralisação poderá ocorrer amanhã, caso não haja avanço nas negociações com as empresas aéreas sobre temas como reajuste salarial e fim de demissões arbitrárias.

Na audiência, Danielle Crema, representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), informou que a agência busca sensibilizar empresas e sindicatos quanto aos impactos da greve neste momento de viagens no final do ano.

Ana Amélia destacou que “o governo paga um alto preço político se houver greve”.

— A paralisação significa que o governo não intermediou adequadamente o entendimento — observou.

A senadora também registrou a realização, amanhã, de manifestação no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, pedindo solução para a questão dos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social.

Licitação para táxis-aéreos em aeroportos é alvo de críticas

A exigência de licitação dos espaços aeroportuários para os táxis-aéreos, feita pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), foi criticada por representantes da aviação geral em audiência da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (Cistac) e da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O diretor jurídico da Infraero, Francisco José de Siqueira, disse que o Ato Administrativo 3139/12, que exige a licitação, segue o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86). Ele argumentou que a atividade da Infraero, embora “lastreada em serviço público, tem natureza econômica”.

De acordo com o representante do Sindicato Nacional de Empresas de Táxis Aéreos (Sneta), Wolner Aguiar, o táxi-aéreo realiza serviços muito importantes, como suporte à indústria de petróleo e gás, transporte de pessoal e

equipamento para combate de incêndios, deslocamento de pessoas doentes e de órgãos para transplante, inspeção de linhas energizadas, torres, antenas e oleodutos.

— Táxi-aéreo vai muito além do transporte de passageiro de

alto poder aquisitivo.

O representante da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), Ricardo Nogueira, afirmou que o ato da Infraero “veio de forma truculenta e gerou muita revolta, pois foi contrário ao que previa a

Resolução 113/09 da Anac”, que dispunha os táxis-aéreos de licitação nos aeroportos.

Segundo Nogueira, os efeitos do ato normativo são a insegurança jurídica, a descontinuidade de contratos com terceiros (como oficinas de manutenção) e, diante do aumento dos custos para as empresas, os cortes na segurança operacional.

A reunião foi presidida por João Costa (PPL-TO), que propôs o debate. Para o senador, “é preciso criar uma equação em que a aviação geral permaneça em pé com toda a segurança que esperamos e em que o governo também permaneça em pé”.



Francisco José de Siqueira, João Costa e Ricardo Nogueira debatem a ocupação dos espaços aeroportuários

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cidadão poderá participar de debate sobre telefonia

Presidente da Anatel apresenta hoje à Comissão de Ciência e Tecnologia os primeiros resultados da avaliação trimestral que a agência prometeu fazer sobre serviços prestados pelas operadoras de celulares

ASSANÇÕES DA Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contra as operadoras de telefonia móvel e os planos de investimentos para o setor voltam a ser debatidos hoje, pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, a partir das 9h.

A população poderá participar do debate em tempo real, por meio do Alô Senado (*veja quadro*). As manifestações serão encaminhadas à comissão, à Anatel e ao Ministério das Comunicações.

A audiência, que será transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, contará com a presença do presidente da Anatel, João Rezende, e de representantes das operadoras prestadoras dos serviços de telefonia móvel.

No primeiro debate sobre o assunto, ocorrido em agosto, houve grande volume de questionamentos e reclamações de usuários. Muitas manifestações foram respondidas ao vivo, ainda durante a audiência pública.

O presidente da Anatel anunciou, então, que a agência faria acompanhamento trimestral da qualidade dos serviços prestados pelas empresas do setor.

— Nos municípios maiores, nós vamos monitorar antena por antena, acompanhar o atendimento ao usuário e os índices de interrupção de ligações. Não está descartada a possibilidade de uma nova suspensão da venda de chips, após acompanhamento fino do que as empresas estão

propondo — afirmou João Rezende.

Na audiência de hoje serão apresentados os primeiros resultados desse trabalho. Também foi convidado o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy.

— É notório que o fluxo de investimentos pelas operadoras está aquém do necessário para o forte crescimento tecnológico e a demanda — avalia Eduardo Braga (PMDB-AM), autor do requerimento para o debate.

CANAIS DO ALÔ SENADO

TELEFONE 0800 612211
 SITE <http://bit.ly/aloSenado> TWITTER @alosenado
 FACEBOOK <http://facebook.com/alosenadofederal>

Comissão aprova indicação para Ancine

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o nome da advogada Rosana dos Santos Alcântara para o cargo de diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A advogada foi indicada pela presidente Dilma Rousseff para assumir o cargo, que estava vago desde agosto de 2011.

Aos senadores, Rosana disse que é preciso que a Ancine e o Parlamento mantenham diálogo permanente para o aprimoramento da regulamentação do setor. Em sua opinião, os conteúdos audiovisuais



Observada por Roberto Requião, Rosana Alcântara fala aos senadores

influenciam o cotidiano das pessoas.

— Nunca houve uma sociedade tão audiovisual quanto a nossa. Trata-se de uma sociedade com elevadas exigências

em comunicação, com enorme velocidade de atualização e de referências e busca incessantes de uma linguagem comum.

A indicação agora irá para a avaliação do Plenário.

Artistas defendem proposta da CPI do Ecad

Músicos, compositores, produtores culturais e outros artistas estiveram ontem no Senado para pedir a votação pelo Plenário, em regime de urgência, do parecer da CPI que investigou o trabalho do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que presidiu a CPI, o parecer propõe o PLS 129/12, que cria uma instância

de fiscalização e democratiza o modelo de direito autoral existente no Brasil.

Sem a votação do parecer em regime de urgência, o projeto terá que ser examinado por comissões temáticas antes de chegar ao Plenário e dificilmente poderá ser aprovado ainda este ano.

No Senado, artistas como Ivan Lins, Tim Rescala, José Bechara, Frejat e a presidente

do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, Deborah Cheyne, foram saudados pelo presidente da Casa, José Sarney, e demais senadores. Sarney disse que o Senado “é muito sensível à causa da cultura”.

A senadora Ana Rita (PT-ES) defendeu a urgência para a proposta, dizendo que essa é uma reivindicação dos artistas e de todos que atuam na área da cultura.

Universidades públicas deverão ter cursos especiais para idosos

As universidades públicas serão obrigadas a oferecer cursos e programas de extensão para atendimento das pessoas idosas.

Projeto de lei com essa finalidade, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Agora, a proposta será enviada para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será analisada em caráter terminativo.

De acordo com o projeto (PLS 344/12), as instituições de ensino superior públicas deverão oferecer os cursos por meio de atividades formais e não formais, tanto no modo presencial como a distância.

Cristovam argumenta que

o percentual de idosos na população tem aumentado progressivamente, bem como a sua escolarização. Muitas universidades, observa, são sensíveis a tal realidade e já oferecem cursos de diversos tipos abertos à terceira idade.

Por meio de emenda, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), deixou claro que a obrigatoriedade refere-se apenas às universidades públicas.

Paim afirmou que o idoso deve continuar ativo, mesmo após a aposentadoria. Para ele, a atividade mantém o idoso saudável e pode prolongar a sua vida. Ele sugeriu que as pessoas mais experientes, que já estão aposentadas, dediquem-se a trabalhos voluntários, leiam e viajem mais.

Plano Nacional de Educação volta à pauta na próxima semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve retomar na próxima semana o exame do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Ontem, o senador José Pimentel (PT-CE) apresentou seu relatório sobre a proposição (PLC 103/12) e logo em seguida foi concedido mais tempo para o debate da matéria.

Pimentel mantém a previsão de aplicação gradual de 10% do produto interno bruto (PIB) na educação, como aprovado pela Câmara dos Deputados. A definição desse percentual tem gerado debate, uma vez que o Executivo defendia 8%. O relator também sugere que lei específica defina a origem desses recursos e que vigore por 10 anos a partir da publicação. A proposta original previa a entrada em vigor em 2011, o que não ocorreu em razão da demora na tramitação na Câmara, que a enviou ao Senado em outubro passado.

Davim homenageia Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Paulo Davim (PV-RN) pediu votos de aplauso para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por ter sido classificada, pelo Ministério da Educação (MEC), como a melhor universidade federal das Regiões Norte e Nordeste.

— Meu orgulho perpassa a minha própria história, já que fiz parte do corpo discente daquela universidade, onde tive as mais importantes lições na minha formação de médico.

O senador explicou que a avaliação se baseou no índice geral de cursos (IGC), do Ministério da Educação, utilizado para avaliar anualmente o desempenho dos cursos de graduação e pós-graduação.

Davim destacou que dos 30 cursos da UFRN avaliados, 11 obtiveram nota máxima, sendo dois deles em Caicó (RN).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acordo com Moçambique reconhece carteira de habilitação

Um acordo assinado em 2010 pelos governos do Brasil e de Moçambique para o reconhecimento mútuo das carteiras de habilitação dos seus cidadãos foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O texto agora vai para a decisão do Plenário.

Os dois países intercambiarão modelos de suas respectivas carteiras de habilitação e deverão comunicar eventuais mudanças nesses modelos.

Ao relatar a matéria (PDS 540/12), Cidinho Santos (PR-MT) disse que a iniciativa visa melhorar as condições de vida e de trabalho dos brasileiros

residentes em Moçambique e dos moçambicanos residentes no Brasil.

Em sua opinião, o acordo adquire relevância pela identidade cultural e linguística dos dois países e pelos vínculos históricos, representados por grande parte da população brasileira proveniente da África e, em especial, pela forte presença brasileira em Moçambique.

Foi decidido ainda que ficam sujeitos à aprovação do Congresso qualquer ato que possa resultar em revisão do referido acordo, bem como ajustes complementares capazes de acarretar encargos ao patrimônio nacional.



Ana Amélia (2ª à dir.), ao lado da deputada Jandira Feghali, apoia músicos que pedem votação em regime de urgência

Projeto determina uso de zinco no tratamento de crianças com diarreia

Proposta foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e agora será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais; segundo autor do texto, perto de 7% das mortes de crianças de até 5 anos de idade são provocadas por doenças diarreicas

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) discutirá o projeto do ex-senador Tomás Correia que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuir

comprimidos de zinco a crianças com diarreia.

O texto foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para determinar a obrigatoriedade, o projeto de lei em questão (PLS 338/12) acrescenta um dispositivo no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a administração de zinco atenua o quadro diarreico e diminui a duração dele.

No Brasil, salienta Tomás Correia, 6,9% das mortes de crianças de até 5 anos se devem a doenças diarreicas. Na avaliação do senador, a distribuição gratuita de zinco poderá salvar a vida de muitas crianças.

Paulo Davim (PV-RN), que é médico, disse ser preciso avaliar o assunto com mais atenção, já que a diarreia em quadros infecciosos, por exemplo, requer outros procedimentos.

A decisão na CAS terá caráter terminativo (sem necessidade de ir para o Plenário).



Paulo Paim e Paulo Davim na reunião em que a Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto que trata do uso do zinco

Comissão amplia alcance de benefício pago a idosos que não podem se sustentar

O idoso que não tiver condições de prover a própria subsistência nem tenha alguém da família que o sustente poderá receber o benefício de prestação continuada (BPC) a partir dos 60 anos. É o que estabelece projeto de lei de Cyro Miranda (PSDB-GO) aprovado ontem pela CDH.

A proposta ainda será examinada pela CAS, em decisão terminativa.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) estabelece que o benefício deve ser concedido aos idosos com mais de 65 anos. No entanto, ressaltou o parlamentar, o Estatuto do Idoso define pessoa idosa como a que tem mais de 60

anos, conforme determina a Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, de acordo com o autor, o projeto (PLS 279/12) altera a Loas para unificar as normas.

O relator do projeto na CDH, Paulo Paim (PT-RS), destacou que o suplemento de renda vai contribuir de forma importante com a elevação do padrão de vida dos idosos e das famílias deles.

O senador, que é presidente da comissão, informou que o acompanhamento das políticas assistenciais demonstra que os idosos usam praticamente todo o recurso adicional para comprar remédios e alimentos.

Beneficiários da prestação continuada podem passar a receber 13ª parcela

Pessoas que recebem o benefício de prestação continuada podem passar a receber o chamado abono natalino (a 13ª parcela). Um projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela CDH e agora vai para a CAS, onde receberá decisão terminativa (não há necessidade de passar pelo Plenário).

A proposta é do ex-senador Mão Santa. Ao justificar o projeto, ele afirmou que os beneficiários do BPC enfrentam dificuldades no final do ano devido à elevação dos preços em razão das festividades, assim como pelo acúmulo de dívidas.

Ao ressaltar que os demais

trabalhadores da formalidade recebem o 13º salário, a concessão do abono, de acordo com o autor, vai contribuir também para recuperar a autoestima daqueles que o recebem.

O projeto havia sido aprovado pela CDH e encaminhado à CAS, explicou o relator, Paulo Paim (PT-RS). Porém, por meio de requerimento do relator na CAS, Paulo Davim (PV-RN), a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para exame quanto à constitucionalidade, assim como para tramitar conjuntamente com proposta de teor similar, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valadares critica decisão da Assembleia de SE



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou a decisão da Assembleia Legislativa de Sergipe de negar autorização para o governo tomar do BNDES R\$ 727 milhões emprestados.

— O Legislativo cometeu um equívoco. Todos os estados que solicitaram ao BNDES a abertura de crédito já tiveram os empréstimos aprovados pelas assembleias legislativas. É uma pena que apenas Sergipe não tenha obedecido a essa regra.

Valadares ressaltou ações importantes que estão previstas, como a construção de rodovias.

Cidinho anuncia reunião com Temer sobre reserva em MT



Cidinho Santos (PR-MT) lamentou os conflitos em Mato Grosso entre produtores rurais e policiais na desocupação da reserva indígena Marãiwatsédé. Houve 11 agricultores feridos.

— Várias vezes alertei do que poderia acontecer.

Ele anunciou uma reunião com o presidente da República em exercício, Michel Temer, e a bancada federal de Mato Grosso para pedir a suspensão da portaria que criou a reserva indígena até que sejam apuradas “possíveis irregularidades”.

Mozarildo se afastará do Senado e disputará Maçonaria



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou que pedirá licença do cargo de senador por quatro meses para cuidar da campanha para o cargo de grão-mestre da Maçonaria. A eleição ocorre em março de 2013.

Com o afastamento do titular, assumirá o primeiro-suplente, Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro.

Em seu pronunciamento, Mozarildo prestou homenagem ao ex-governador de Roraima Ottomar de Sousa Pinto, falecido em 2007.

Para Capiberibe, situação de índios em MS é degradante



João Capiberibe (PSB-AP) relatou em Plenário a visita feita por um grupo de parlamentares a um acampamento guarani-caiua em Mato Grosso do Sul para avaliar os conflitos entre índios e fazendeiros.

O senador descreveu a situação como degradante. Segundo ele, os índios estão “praticamente encurralados” na margem do Rio Hovy, sem possibilidade de acesso fácil às comunidades do entorno. Também disse que os índios estão “assustados e temerosos com sua integridade física”.

Avança texto que proíbe algemas em presas durante parto

Pode ser proibido o uso de algemas em presidiárias durante o parto. É o que determina projeto aprovado ontem pela CDH.

A proposta é de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual terá decisão terminativa, sem necessidade de ir ao Plenário.

Ao justificar a proposta (PLS 75/12), a autora ressaltou que as presas precisam ter tratamento humanitário, sem constrangimento ou violência.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), disse concordar que manter algemadas mulheres no parto configura desrespeito ao direito da criança à dignidade e à liberdade.

Alerta sobre látex em produtos poderá se tornar obrigatório

Fabricantes e importadores de produtos que contenham látex natural devem gravar nas embalagens advertência sobre a presença da substância na composição. É o que estabelece projeto (PLC 96/12) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo o autor, deputado João Dado (PDT-SP), estudos indicam que 8% da população tem alergia ao látex. Ele observa que as reações podem variar de uma simples urticária a um choque anafilático fatal.

Para o relator, Anibal Diniz (PT-AC), a medida é oportuna. Agora a matéria irá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Mandatos cassados na ditadura terão devolução simbólica

Oito senadores cassados à época da ditadura militar (1964—1985) terão os mandatos devolvidos de maneira simbólica. O Plenário aprovou requerimento do presidente da Casa, José Sarney, propondo a sessão especial para homenagear os ex-parlamentares.

Marcello Alencar, que era senador pelo estado do Rio de Janeiro, é o único ainda vivo. Os demais diplomas vão ser entregues às famílias de Aarão Steinbruch (RJ), Arthur Virgílio Filho (AM), João Abrahão (GO), Juscelino Kubitschek (GO), Mário Martins (RJ), Pedro Ludovico (GO) e Wilson Campos (PE).